

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
A POLÍTICA URBANA NO CONTEXTO FEDERATIVO: O DESAFIO DO SANEAMENTO BÁSICO	17
ANGELA MOULIN PENALVA SANTOS e PEDRO HENRIQUE PRADO VASQUES	
1. Introdução.....	17
2. Saneamento como uma das dimensões da política urbana.....	18
3. Saneamento: peculiaridades e experiência do setor no Brasil.....	20
4. A dinâmica de investimentos no saneamento entre 2003 e 2018.....	25
5. Perspectivas do Saneamento diante do novo marco regulatório.....	34
6. Considerações finais.....	41
Referências.....	42
REGULAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: FUNDAMENTOS E RAZÕES PARA UM ZONEAMENTO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL	45
LIGIA MELO DE CASIMIRO	
1. Introdução.....	45
2. De volta ao texto constitucional para não perder o foco.....	46
3. Que tipo de regulação para as cidades brasileiras?.....	49
4. As ZEIS como instrumento de planejamento urbano social.....	53
5. Fundamentos e razões para um zoneamento de interesse social.....	57
6. À guisa de reflexão.....	62
Referências.....	64
REGULAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POR MEIO DAS ZONAS ESPECIAIS DE DINAMIZAÇÃO URBANÍSTICA E SOCIOECONÔMICA	67
GINA VIDAL MARCÍLIO POMPEU e PEDRO CESAR DA ROCHA NETO	
1. Introdução.....	68
2. A formação das cidades brasileiras e a emergência do desenvolvimento urbano sustentável.....	70

3.	O Direito à cidade e a regulação do espaço urbano orientada à diminuição das mazelas urbanas	75
4.	O zoneamento urbano como mecanismo de desenvolvimento econômico sustentável nas cidades brasileiras: estudo de caso das Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica (ZEDUS) do município de Fortaleza-Ceará.....	81
5.	Considerações finais.....	91
	Referências.....	92

DA FUNÇÃO À EMPRESA: A RACIONALIDADE DA SEGREGAÇÃO URBANA SOB A IDEIA DO EMPREENDEDORISMO URBANO..... 95

RODRIGO OLIVEIRA SALGADO e LAURA ZONATO EDER

1.	Introdução.....	95
2.	Do capitalismo fordista ao empreendedorismo urbano: uma análise a partir do keynesianismo espacial.....	96
3.	As estratégias do empreendedorismo urbano e a ótica da cidade criativa.....	101
4.	O processo da gentrificação e a segregação implícitos na política empreendedora.....	105
5.	Considerações finais.....	107
	Referências.....	108

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PÚBLICA E A INEFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO EM CONCEDER UTILIDADE PÚBLICA AOS SEUS BENS DOMINICAIS: ESTUDO MULTICASO DOS 144 MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO E SUA RELAÇÃO COM EVENTUAIS CORRUPÇÕES NAS OBRAS ESTATAIS À LUZ DAS DIRETIVAS DO ESTATUTO DAS CIDADES 111

BRUNO RIBEIRO MARQUES e PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA

1.	Introdução.....	112
2.	A função social da propriedade pública	117
3.	O estudo das obras dos 144 municípios de Mato Grosso	120
4.	Corrupção – um agravante da ineficiência da propriedade estatal	126
5.	O caso de VLT de Cuiabá a corrupção como causa de deterioração dos serviços públicos e da qualidade de vida das pessoas	129
6.	Conclusão	131
	Referências.....	131

COMPATIBILIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR COM O PDUI..... 133

EDSON RICARDO SALEME

1.	Introdução.....	133
----	-----------------	-----

2.	Necessidade de planejamento.....	135
3.	O Estatuto da Metrópole.....	138
4.	Possíveis conflitos entre Plano Diretor e Plano Diretor Urbano Integrado.....	142
5.	Considerações finais.....	146
	Referências.....	147
A GESTÃO BIOPOLÍTICA DO ESPAÇO URBANO.....		149
IZABELLA ALVES, MARCO ANTÔNIO ALVES e ZILDA MANUELA ONOFRI PATENTE		
1.	Introdução.....	149
2.	Governamentalidade: dispositivos securitários e gestão das populações.....	152
3.	Biopolítica e racismo de Estado.....	157
4.	Considerações finais.....	161
	Referências.....	162
FUNÇÃO SOCIAL DA CALÇADA.....		165
DANIELA CAMPOS LIBÓRIO e LILIAN REGINA GABRIEL MOREIRA PIRES		
1.	Introdução.....	165
2.	A política urbana – Ferramenta de justiça social e tutela do bem comum.....	166
3.	Natureza jurídica da calçada e seu papel perante a promoção da cidadania por meio da acessibilidade.....	170
3.1.	Conceito.....	170
3.2.	Calçada: bem público municipal e sua manutenção.....	172
4.	O STJ e as calçadas.....	174
5.	Conclusão.....	177
	Referências.....	177
	Sítios visitados.....	178
	Apêndice.....	178
O ESPAÇO URBANO SAUDÁVEL E O DIREITO À CIDADE: UM ESTUDO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CURITIBA.....		185
ANGELA CASSIA COSTALDELLO, RODRIGO LUÍS KANAYAMA e DAYANE CAMPOS SOUZA		
	Introdução.....	185
1.	O direito à saúde no direito brasileiro e as competências dos municípios.....	186
2.	A saúde no espaço urbano e política urbana na Constituição da República de 1988.....	188

3.	Como sustentar as políticas municipais de saúde na complexa Federação brasileira?	193
	(a) a arrecadação tributária e o retorno à população	193
	(b) o funcionamento da Federação brasileira na repartição do bolo.....	195
4.	Arrecadação e despesa com saúde pelo município de Curitiba	196
5.	Conclusão	203
	Referências.....	204

O PAPEL DO DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÃO CRÍTICO-JURÍDICA.....

JÚLIO CESAR DE SÁ DA ROCHA e ANALICE NOGUEIRA SANTOS CUNHA

1.	Introdução.....	209
2.	Os problemas urbano-ambientais e os marcos jurídicos relevantes	211
3.	A (não) superação dos desafios urbano-ambientais e o papel do direito urbanístico e ambiental	215
4.	Considerações finais.....	222
	Referências.....	223

A AGENDA DAS CIDADES INCLUSIVAS E SUSTENTÁVEIS E O APORTE DA REGULAÇÃO URBANA.....

CARLOS LEITE e VICTOR CARVALHO PINTO

1.	Introdução: desafios	225
2.	A regulação urbanística	226
3.	Desequilíbrios no uso do solo urbano.....	227
4.	Contenção da ocupação irregular do solo, principalmente nas periferias.....	228
5.	Imóveis ociosos em áreas dotadas de adequada infraestrutura de suporte	229
6.	A questão das regiões metropolitanas	231
7.	Uma agenda urbana	233
	Referências.....	234

O DESAFIO DA GOVERNANÇA URBANA CONTEMPORÂNEA: UMA ABORDAGEM À LUZ DAS CIDADES INTELIGENTES

WILSON LEVY BRAGA DA SILVA NETO e CARLOS LEITE

1.	Introdução.....	235
2.	As interações e as cidades	236
3.	A interação e a democracia como cooperação reflexiva em John Dewey e Axel Honneth.....	240

4.	A democracia como cooperação reflexiva.....	242
5.	Governança cooperativa e inteligência territorial na construção da agenda urbana inclusiva	244
6.	Considerações finais.....	247
	Referências.....	248
GRANDES PROJETOS URBANOS: UMA OBSERVAÇÃO CRÍTICA DOS EFEITOS SOCIAIS E DOS ASPECTOS JURÍDICOS		249
FÁBIO SCOPEL VANIN e JANRIÊ RODRIGUES RECK		
1.	Introdução.....	249
2.	Observação conceitual dos grandes projetos urbanos.....	250
3.	Efeitos sociais dos grandes projetos urbanos	254
4.	Os grandes projetos urbanos e as possibilidades de fuga do direito público	259
5.	Considerações finais.....	263
	Referências.....	264
LIÇÕES QUE SE PODEM EXTRAIR DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA PORTO MARAVILHA		267
EUNICE HELENA SGUIZZARDI ABASCAL e IRENE PATRÍCIA NOHARA		
1.	Considerações introdutórias	267
2.	Operação Urbana Consorciada: modelagens conforme o Estatuto da Cidade	270
3.	Contexto e características da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha	273
4.	Fases, avanços e retrocessos da OUC Porto Maravilha.....	276
5.	Parceria público-privada agregada ao Porto Maravilha	285
6.	Lições conclusivas que se podem extrair a partir do estudo de caso.....	288
	Referências	291